
Humanidades Digitais na Fundação Nacional de Artes: o papel do AtoM

Natália Bolfarini Tognoli, Universidade Federal Fluminense, <https://orcid.org/0000-0002-0609-498X>, Brasil, nataliatognoli@id.uff.br

Renato de Mattos, Universidade Federal Fluminense, <https://orcid.org/0000-0001-7993-8672>, Brasil, renato_mattos@id.uff.br

Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, Universidade Federal Fluminense,
<https://orcid.org/0000-0003-1555-4594>, Brasil, clarissaschmidt@id.uff.br

Eixo: Impacto das Tecnologias de Informação e Comunicação

1 Introdução

A revolução digital provocou transformações profundas na forma como as sociedades contemporâneas preservam, acessam e difundem seus patrimônios culturais. Nesse contexto, as Humanidades Digitais emergem como campo interdisciplinar que conecta a tradição das ciências humanas às possibilidades tecnológicas, criando novas estratégias para a conservação, organização e disseminação do conhecimento.

A utilização de ferramentas digitais em arquivos e instituições de memória assume fundamental importância para o processo de democratização do acesso à informação, bem como a valorização da diversidade cultural e a garantia da preservação de documentos em formatos que resistam ao tempo e à obsolescência tecnológica. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta essa dinâmica a partir da experiência da Fundação Nacional de Artes, no Brasil, que empregou a plataforma AtoM (*Access to Memory*) para descrever os documentos e difundir informações dos fundos e coleções privadas custodiadas pelo seu Centro de Documentação (Cedoc)¹.

Os resultados evidenciam o AtoM do Centro de Documentação como uma plataforma de acesso e difusão do patrimônio artístico do país, notadamente ao oferecer um espaço de curadoria de exposições que articula a representação arquivística à mediação cultural. Tal funcionalidade, ao ampliar o papel tradicional dos arquivos, transforma a experiência do usuário, fortalecendo a função social dos acervos, contribuindo para o processo de patrimonialização. Fruto de uma cooperação interinstitucional técnico-científica entre a Fundação Nacional de Artes e a Universidade Federal Fluminense (UFF), a experiência descrita a seguir envolveu a participação ativa de docentes e discentes do cursos de graduação em Arquivologia e Mestrado e Doutorado em Ciência da Informação, além de uma dedicada equipe técnica composta por servidores públicos. Todos estiveram empenhados na preservação, organização e divulgação de um conjunto significativo de registros que documentam a história da cultura e das artes brasileiras.

2 Humanidades Digitais e as plataformas de acesso e difusão

O campo das Humanidades Digitais é resultado da convergência entre as tecnologias digitais e as disciplinas das ciências humanas e sociais. Mais do que uma simples aplicação de ferramentas tecnológicas em processos tradicionais de pesquisa, trata-se de uma área que propõe novas formas de produção, organização, visualização, preservação e disseminação do conhecimento, com implicações diretas para arquivos, bibliotecas, museus, centros de memória e instituições culturais.

Conforme Asundi et al. (2023), as Humanidades Digitais constituem uma área que explora o uso de ferramentas computacionais para criar formas inovadoras de organização do saber, pesquisa colaborativa, representação e difusão do patrimônio cultural. Para a *Association of Research Libraries* (ARL), trata-se de "um campo emergente que emprega tecnologias baseadas em computador para explorar novas áreas de investigação nas humanidades" (Asundi et al., 2023, p. 276). Em outras palavras, é uma abordagem que transforma tanto os objetos quanto os métodos das ciências humanas, promovendo um novo paradigma epistemológico.

O surgimento e a consolidação das Humanidades Digitais não podem ser dissociados do avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que reconfiguraram profundamente a maneira como a informação é produzida, armazenada, processada e compartilhada. Bibliotecas, arquivos e museus, instituições tradicionalmente responsáveis pela custódia e mediação do patrimônio documental, bibliográfico e museológico, passaram a incorporar soluções digitais para ampliar o acesso e garantir a preservação de seus acervos. Como bem apontam Castro e Pimenta (2018, p. 525),

[...] as Humanidades Digitais surgem para dar conta de uma realidade contemporânea de presença tecnológica no âmbito das fontes

tradicionais de informação, antes usufruídas apenas em seu formato físico, além da produção documental já nascida digital.

No campo arquivístico, essa transformação gerou importantes desdobramentos. A incorporação das tecnologias digitais às práticas arquivísticas não se resume à digitalização de documentos ou à informatização de sistemas de gestão. Ela implica repensar o próprio papel social dos arquivos, que deixam de ser vistos apenas como espaços de guarda para se tornarem plataformas de mediação, participação e produção cultural. A digitalização, nesse contexto, não é fim, mas meio: um recurso que permite ampliar o acesso, multiplicar os usos e democratizar o conhecimento sobre a história e a memória social.

Nesse novo cenário, a Arquivologia dialoga com as Humanidades Digitais ao incorporar ferramentas computacionais à organização e à descrição de documentos, à construção de repositórios digitais, à curadoria de exposições temáticasⁱⁱ, à visualização de dados e à mediação cultural. Tais práticas têm sido progressivamente adotadas por instituições arquivísticas no Brasil e no mundo, como forma de ampliar a visibilidade de seus acervos e facilitar o acesso a públicos mais amplos e diversos. No âmbito arquivístico, destaca-se o papel dos *softwares* de descrição e representação do conhecimento arquivístico, que se tornaram centrais na transição das instituições físicas para os ambientes digitais. Um dos principais exemplos dessa nova geração de plataformas é o *Access to Memory* (AtoM), um *software* livre desenvolvido segundo os padrões internacionais da área e amplamente adotado por instituições públicas e privadas em diversos países.

O AtoM foi concebido como uma plataforma orientada pela norma ISAD(G) (Norma Geral Internacional de Descrição Arquivística), o que garante a padronização e interoperabilidade das descrições. Todavia, o AtoM não se limita à ISAD(G), atendendo também outras normas internacionais, como a Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas

e Famílias –ISAAR (CPF), a Norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico –ISDIAH, e a Norma Internacional para Descrição de Funções –ISDF.

A aplicação desses padrões permite que diferentes instituições descrevam seus acervos com consistência, facilitando a recuperação da informação, a compreensão do contexto de produção documental e a integração de repositórios em redes colaborativas.

Além disso, o AtoM adota os princípios da descrição multinível, garantindo que os documentos sejam descritos a partir do contexto de seus fundos e coleções, respeitando a organicidade e a proveniência, princípios fundamentais da Arquivologia. Ao alinhar-se a esses fundamentos, o AtoM permite que o processo de descrição não apenas organize a informação, mas represente as relações arquivísticas de maneira fiel e compreensível para o usuário.

Outra característica importante do AtoM é sua interface amigável e responsiva, que permite ao público acessar os acervos de forma intuitiva, por meio de mecanismos de busca, filtros temáticos, visualização hierárquica e recursos multimídia. Isso amplia o potencial de difusão dos arquivos, especialmente quando associado a estratégias de curadoria digital e à criação de exposições temáticas no ambiente virtual.

Nesse sentido, práticas como a digitalização de acervos, a criação de plataformas de acesso e difusão interativas e a curadoria digital de exposições são exemplos de ações arquivísticas que dialogam diretamente com as Humanidades Digitais. No contexto da Fundação Nacional de Artes (Fundação Nacional de Artes), tais práticas vêm sendo desenvolvidas de forma articulada no âmbito do projeto “Acesso e Difusão no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes”.

O projeto, voltado à preservação, organização e difusão dos acervos culturais e artísticos sob a guarda do Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes, parte da premissa de que o acesso à informação é um direito fundamental e que os arquivos devem cumprir um papel ativo na

democratização da cultura e da memória social. Para isso, adotou-se o AtoM como plataforma tecnológica principal, permitindo a construção de um repositório digital aberto, gratuito e acessível ao público.

A partir da organização dos acervos em séries documentais e da descrição baseada na ISAD(G), foi possível não apenas garantir a consistência técnica dos registros, mas também possibilitar que os documentos fossem reutilizados em exposições digitais temáticas, enriquecidas com textos curatoriais, fotografias, vídeos e áudios. Esses recursos tornam a navegação mais envolvente e transformam a plataforma em um espaço de mediação cultural ativa, capaz de promover o engajamento de diferentes públicos com o patrimônio documental da Fundação Nacional de Artes.

A curadoria digital, nesse contexto, não é um apêndice do trabalho arquivístico, mas uma estratégia fundamental para dar sentido social aos documentos e conectar os usuários às histórias, trajetórias e manifestações culturais representadas nos acervos. Trata-se de uma prática que articula os princípios da Arquivologia com os aportes das Humanidades Digitais, favorecendo uma abordagem mais crítica, inclusiva e participativa da memória.

A interseção entre Humanidades Digitais e Arquivologia traz à tona uma questão fundamental: qual é o papel social dos arquivos na sociedade contemporânea? A resposta a essa pergunta passa pela compreensão de que os arquivos não são apenas repositórios do passado, mas instrumentos de cidadania, ferramentas de educação e espaços de disputa simbólica.

Com efeito, a partir de novas tecnologias é possível ampliar a difusão do potencial informativo dos documentos custodiados pela instituição. Tal tarefa, conforme destaca Heloísa Liberalli Bellotto (2014), é indispensável aos arquivos e arquivistas:

Mas, além disso, a sociedade faz dos arquivos públicos usos multifacetados, valendo-se dos seus documentos como registros fidedignos, necessários à vida civil,

pessoal e profissional de seus integrantes, assim como lhe permitindo melhor compreender a identidade cultural de sua comunidade e a evolução da sua história, e o desenvolvimento das relações entre o cidadão e o Estado. Nesse sentido, às funções básicas dos arquivos é possível agregar funções secundárias, ou, preferivelmente, paralelas, relacionadas com sua aproximação ao público em geral, e não somente com os administradores, juristas e historiadores. As novas funções têm a ver com a cidadania, com a aproximação da população de sua identidade cultural e de seu patrimônio histórico, e podem ser corporificadas em inúmeras ações: palestras, visitas, exposições, eventos, comemorações, atividades de teatro e de turismo relacionadas com os documentos do arquivo, tanto quanto em suas ações junto aos ensinos fundamental e médio. Trata-se do uso popular do arquivo, especificamente, o do arquivo histórico, como detentor que é do patrimônio documental comum da sociedade na qual se insere. Não mais só as buscas que um cidadão pode fazer nos arquivos em torno de seus direitos e de seus deveres, mas também o papel de mediação cultural que o arquivo pode exercer em seu benefício. (Bellotto, 2014, p. 135)

No contexto das Humanidades Digitais, essa dimensão crítica ganha força. A possibilidade de mapear relações, cruzar documentos, construir exposições participativas e abrir os arquivos à colaboração e ao reuso desafia as lógicas tradicionais de controle e promove a pluralização dos discursos sobre o passado. Arquivos digitais, quando bem estruturados, permitem que diferentes grupos sociais se reconheçam nos registros e apropriem-se da documentação como forma de reivindicar sua presença na história.

Nesse sentido, práticas como a curadoria digital participativa, a criação de metadados

colaborativos, a inclusão de narrativas contra-hegemônicas e a adoção de políticas de dados abertos são estratégias que traduzem os princípios das Humanidades Digitais em ações concretas no campo arquivístico. Tais estratégias não apenas ampliam o acesso, mas transformam a relação entre os cidadãos e os documentos de arquivo, promovendo o uso crítico, criativo e cidadão do patrimônio documental.

A convergência entre Humanidades Digitais e Arquivologia representa um dos movimentos mais relevantes para o futuro da preservação, do acesso e da mediação da memória cultural. No Brasil, iniciativas como o projeto “Acesso e Difusão no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes” demonstram que é possível articular os fundamentos técnicos da descrição arquivística com práticas inovadoras de curadoria, uso de plataformas abertas e produção de narrativas digitais.

Ainda no âmbito das relações entre a Arquivologia e as Humanidades Digitais, é importante ressaltar o papel que a descrição arquivística ocupa.

Na ISAD (G), a descrição arquivística é definida como

A elaboração de uma acurada representação de uma unidade de descrição e suas partes componentes, caso existam, por meio da extração, análise, organização e registro de informação que sirva para identificar, gerir, localizar e explicar documentos de arquivo e o contexto e o sistema de arquivo que os produziu (Conselho Internacional de Arquivos, 2000, p. 4)

Ainda em relação à descrição, segundo Camargo & Bellotto (1996, p. 36), entende-se como sendo “o conjunto de procedimentos que, a partir de elementos formais e de conteúdo, permitem a identificação de documentos e a elaboração de instrumentos de pesquisa”. Por sua vez, Heredia Herrera (1991, p. 300) pontua que

A descrição é a ponte que conecta o documento aos usuários. Na cabeceira dessa ponte está o arquivista, que realiza uma tarefa de

análise que envolve identificação, leitura, resumo e indexação, os quais são transmitidos ao usuário para que este possa iniciar a recuperação [...]

Entendemos que é propósito da descrição arquivística garantir “a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram” (Lopez, 2002, p.12). Portanto, o AtoM, nessa perspectiva, deve ser utilizado como ferramenta facilitadora não apenas de disponibilização do acervo como também da compreensão de seu conteúdo.

Além disso, ao adotar o AtoM como instrumento de descrição e difusão, e ao promover exposições digitais que contextualizam e valorizam os documentos sob sua guarda, a Fundação Nacional de Artes reafirma o compromisso com a função social dos arquivos: garantir que a memória cultural do país seja preservada, interpretada e, sobretudo, compartilhada com a sociedade.

Esse movimento não é apenas tecnológico, mas ético e político. Conforme sublinhou Jimerson:

Os arquivos não somente auxiliam na transparência legal e fiscal; eles também auxiliam na transparência dos líderes e das instituições de ontem, tanto moral quanto efetivamente. A acessibilidade dos arquivos é essencial para servir à necessidade da sociedade de justiça e na preservação de direitos e valores (Jimerson, 2008, p. 40)

Com efeito, ao tornarem os arquivos mais acessíveis, inteligíveis e socialmente relevantes, as instituições arquivísticas se alinham a uma perspectiva democrática da memória, contribuindo para a formação crítica de cidadãos, o fortalecimento da cultura e a construção de uma sociedade mais justa, plural e informada.

3 Procedimentos Metodológicos

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, com o

objetivo de compreender o papel da plataforma AtoM (*Access to Memory*) no processo de acesso, difusão e patrimonialização dos acervos culturais e artísticos custodiados pelo Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes. A escolha por essa abordagem deve-se à natureza do objeto de estudo, que envolve práticas de mediação cultural e informacional, organização do conhecimento, políticas de acesso e estratégias de visibilidade de acervos no ambiente digital — temas que demandam análise contextual, compreensão de sentidos e interpretação de práticas sociais em torno dos arquivos.

A investigação foi estruturada em duas etapas principais: a revisão de literatura e a análise empírica dos procedimentos adotados pelo Centro de Documentação para a customização e o uso da plataforma AtoM, com ênfase na criação de exposições virtuais e no desenvolvimento de recursos de acessibilidade e mediação. A primeira etapa metodológica consistiu na realização de uma revisão bibliográfica com o objetivo de fundamentar teoricamente a análise e contextualizar a pesquisa em relação ao estado da arte nos campos das Humanidades Digitais, Curadoria Digital, Difusão em Arquivos, Arquivos Pessoais e Descrição Arquivística. A etapa empírica da pesquisa teve como objeto de estudo o processo de implementação e customização da plataforma AtoM pelo Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes. Optou-se pelo estudo de caso como estratégia metodológica, tendo em vista a possibilidade de investigar de maneira aprofundada um fenômeno específico dentro de seu contexto real, conforme proposto por Braga (2007). O estudo de caso permitiu observar como a plataforma é apropriada institucionalmente, quais desafios foram enfrentados, e quais estratégias foram mobilizadas para garantir o acesso, a acessibilidade e a difusão dos acervos culturais e artísticos sob a guarda da instituição. Um dos focos principais da etapa empírica foi a análise da metodologia adotada pelo Centro de Documentação para a criação de exposições digitais dentro da plataforma AtoM.

A curadoria dessas exposições seguiu princípios de organização temática e narrativa, tendo como diretriz a valorização da diversidade dos acervos, a contextualização dos documentos e a ampliação da sua inteligibilidade para diferentes públicos. Foi priorizada a criação de textos curatoriais, legendas ampliadas e recursos de contextualização histórica, de forma a facilitar a leitura crítica dos documentos e a articulação entre os documentos arquivísticos e as dimensões culturais, artísticas e políticas dos acervos.

4 A difusão na Fundação Nacional de Artes

A Fundação Nacional de Artes foi criada em 1975 com o objetivo de estimular, desenvolver e divulgar as atividades artísticas no Brasil, abrangendo inicialmente música e artes plásticas. Desde sua criação, a Fundação Nacional de Artes se insere no conjunto de instituições federais voltadas à formulação e à implementação de políticas públicas de cultura, tendo como missão a promoção do acesso democrático à produção artística e o fortalecimento da memória cultural brasileira. Sua atuação está intrinsecamente relacionada aos princípios constitucionais que reconhecem a cultura como direito de todos e dever do Estado, conforme previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988.ⁱⁱⁱ

De acordo com Lopes (2020), no âmbito da administração pública federal, a Fundação Nacional de Artes é o órgão responsável pelo desenvolvimento de políticas de fomento às artes visuais, à música, ao teatro, à dança e ao circo. Soma-se a essas relevantes atribuições a preservação da memória das artes do Brasil. Segundo a autora:

Essa atividade é desempenhada pelo Centro de Documentação, que tem como finalidade reunir, organizar, disponibilizar e disseminar documentos e informações que incentivem a produção artística e cultural, as pesquisas em arte e cultura, além de apoiar atividades desenvolvidas pela própria

instituição. Seu acervo originou-se, em grande parte, das ações das extintas instituições culturais que se dedicavam à área do teatro e demais artes cênicas: Serviço Nacional do Teatro (SNT), Instituto Nacional das Artes Cênicas (Inacen) e Fundação Nacional das Artes Cênicas (Fundacen). Esta última foi extinta em 1990, no início do governo de Fernando Collor de Mello, juntamente com outras fundações e empresas vinculadas ao Ministério da Cultura. (Lopes, 2020, pp. 19)

A Fundação Nacional de Artes tem desempenhado um papel estratégico na execução de políticas públicas voltadas à preservação do patrimônio imaterial e à valorização da diversidade cultural, colaborando com diretrizes estabelecidas por documentos como o Plano Nacional de Cultura (PNC) e os planos setoriais de cultura. Essas políticas reconhecem a centralidade dos arquivos, museus e bibliotecas na constituição da memória coletiva e na garantia do direito à cultura. Nesse sentido, a Fundação Nacional de Artes não apenas fomenta a produção artística contemporânea, mas também atua como “guardiã” de acervos que testemunham a trajetória das artes no país, colocando-se como elo entre as políticas de fomento e as de preservação. Ao investir na preservação e na difusão de documentos ligados às artes, a Fundação Nacional de Artes reforça o papel dos arquivos como instrumentos de cidadania, espaços de construção da identidade nacional e meios de valorização das narrativas culturais plurais que compõem o Brasil.

Em sua estrutura, destaca-se o Centro de Documentação, responsável por reunir, conservar, organizar e disseminar o patrimônio documental relacionado às artes cênicas, música, artes visuais e circo no Brasil. O Centro de Documentação abriga um acervo singular, composto por livros, periódicos, documentos textuais, fotografias, cartazes, partituras, desenhos, áudios e vídeos. Entre suas coleções, encontram-se arquivos pessoais de importantes figuras da cultura nacional, como Fernanda Montenegro^{iv}, Sérgio Britto^v, Maria

Della Costa^{vi}, Walter Pinto^{vii}, além de registros de companhias teatrais, grupos musicais e movimentos culturais relevantes. Parte significativa desse acervo resulta de campanhas de doação iniciadas ainda na década de 1970, no âmbito do Projeto Memória do Teatro e do Projeto Memória das Artes Cênicas, conduzidos pelas instituições antecessoras da Fundação Nacional de Artes, como o Serviço Nacional de Teatro (SNT).

Esse perfil diversificado exige abordagens especializadas de tratamento documental e descrição, respeitando a complexidade dos suportes e a singularidade das expressões artísticas representadas nos acervos. A pluralidade dos tipos documentais — como fotografias, cartazes, partituras, correspondências, roteiros, gravações audiovisuais, desenhos e registros sonoros — impõe desafios tanto técnicos quanto conceituais à Arquivologia. Cada tipo documental demanda conhecimentos específicos quanto à sua preservação, manuseio, digitalização e descrição, exigindo uma formação técnica interdisciplinar e sensível às particularidades materiais e simbólicas dos documentos.

Do ponto de vista técnico, os diferentes suportes requerem procedimentos de acondicionamento, conservação preventiva e digitalização que respeitem suas especificidades físicas e químicas. Documentos textuais manuscritos, por exemplo, demandam cuidados distintos daqueles exigidos por suportes fotográficos ou por registros magnéticos como fitas VHS ou rolos de áudio. Além disso, os objetos natos digitais — como registros audiovisuais produzidos diretamente em mídias digitais — desafiam os modelos tradicionais de preservação, exigindo soluções que envolvam a gestão de formatos, a migração periódica de arquivos e o armazenamento em repositórios digitais confiáveis.

No plano conceitual, os desafios se aprofundam na medida em que a diversidade documental exige um olhar atento às dimensões simbólicas e sociais dos acervos. A descrição arquivística de documentos de natureza artística não se reduz à simples

categorização de conteúdos; ela envolve a mediação entre o documento, o contexto de sua produção e os múltiplos sentidos que ele pode adquirir ao longo do tempo. Isso exige abordagens sensíveis à historicidade dos documentos e à trajetória das pessoas e coletivos a eles vinculados, bem como ao papel desses registros na constituição da memória cultural.

A adoção de instrumentos normativos como a ISAD(G) e a ISAAR(CPF) favorece a padronização e a interoperabilidade das descrições, mas é a interpretação crítica e contextualizada dos documentos que garante sua plena inteligibilidade e acessibilidade. Assim, o tratamento arquivístico de acervos como os do Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes não pode ser pensado como um conjunto de operações técnicas descontextualizadas, mas como uma prática cultural que envolve escolhas éticas, epistemológicas e políticas. Organizar, descrever e difundir esses acervos significa contribuir para a construção de uma memória plural, inclusiva e representativa da diversidade das manifestações artísticas brasileiras. Significa também assumir o compromisso com a função social dos arquivos, entendidos como espaços de produção de sentido, de disputa de narrativas e de democratização do conhecimento.

De modo a compreendermos o projeto de difusão de acervos na Funarte é fundamental refletirmos acerca da difusão, considerada uma das oito funções arquivísticas, segundo a perspectiva de Couture (2000), e pode ser definida como "a ação de fazer conhecer, de avaliar, de transmitir e/ou tornar acessível as informações contidas nos documentos de arquivo aos seus usuários (pessoas ou órgãos) para responder às suas necessidades específicas" (Couture, 2000, p. 22). Nesse sentido, a difusão em arquivos é uma função essencial que transcende a mera disponibilização de documentos, envolvendo estratégias que promovem a mediação cultural e educativa.

Para Rockembach (2015), a difusão deve ser compreendida como uma função arquivística, informacional e comunicacional,

que busca ampliar o acesso à informação contida nos arquivos, considerando as transformações na sociedade e o papel do arquivista. Segundo o autor:

[...] a difusão em arquivos consiste na busca de estratégias que visem a acessibilidade (facilitar o acesso, procurar vencer as barreiras tecnológicas e linguísticas), transparência (tornar público), atingir determinado público (através do marketing e de mais ferramentas auxiliares), entender qual é o público (estudo de usuários e comportamento informacional), estudar as competências informacionais do público (literacia informacional / educação informacional, distinguindo-a da educação patrimonial), realizar a mediação (selecionar, filtrar, acrescentar qualidade informacional na recuperação de conteúdos), procurando uma maior proximidade dos usuários à informação contida nos acervos, por meio de vários canais de comunicação ou aqueles considerados mais adequados, considerando três vértices principais: os usuários, o conteúdo e a tecnologia (Rockembach, 2015, p. 105).

Da mesma forma, Chaves (2020) destaca que a difusão contribui para o fortalecimento da identidade dos arquivos, promovendo a visibilidade institucional e a valorização do patrimônio documental. Por sua vez, Parrela (2020) enfatiza a importância das ações educativas e culturais como práticas de difusão, que possibilitam a mediação entre os arquivos e a sociedade, ampliando a representação social dos arquivos e promovendo a inclusão social. De modo semelhante, Charbonneau destaca a relevância da difusão como um instrumento fundamental para ampliar o acesso aos arquivos, aproximando-os de públicos para além dos habituais frequentadores, como gestores e pesquisadores acadêmicos:

[...] a difusão é a ação de fazer conhecer, de pôr em valor, de transmitir ou de deixar acessíveis uma ou várias informações contidas em documentos de arquivos a seus usuários (pessoas ou organismos) conhecidos ou potenciais para responder a suas necessidades específicas. A difusão dos arquivos é ainda uma atividade de múltiplos aspectos, pois compreende todas as relações mantidas pelo pessoal do centro de arquivos com sua clientela interna ou externa, e isso, nas três idades dos documentos (Charbonneau citado em Martendal, 2018, p. 55).

Assim, as práticas de acesso e difusão em arquivos desempenham um papel fundamental na construção de uma sociedade democrática e participativa por sensibilizar:

[...] a los ciudadanos del carácter patrimonial de los archivos, de la necesidad de garantizar su preservación para el futuro y de su utilidad en el legítimo proceso de recuperación y fortalecimiento de las identidades locales y nacionales (Alberch i Fugueras, 2011, p. 475).

A partir disso, o projeto desenvolvido na Fundação Nacional de Artes estruturou-se em diferentes etapas integradas. Primeiramente, foi realizado um levantamento das coleções e fundos documentais passíveis de tratamento e disponibilização digital, priorizando os conjuntos mais demandados por pesquisadores ou mais vulneráveis do ponto de vista da preservação. A seguir, conduziu-se a análise da situação física dos documentos, com a identificação das necessidades de conservação, digitalização e acondicionamento, respeitando os critérios estabelecidos pelas normas da área.

Em paralelo, foram definidos os parâmetros de descrição arquivística, com base nos padrões internacionais ISAD(G) e ISAAR(CPF), assegurando a interoperabilidade dos dados e a consistência entre os registros. A equipe envolvida foi composta por

profissionais da arquivologia, biblioteconomia, museologia e história, além de bolsistas em formação, promovendo uma abordagem interdisciplinar e colaborativa. A metodologia adotada combinou os princípios arquivísticos da proveniência e da ordem original com os aportes da diplomática contemporânea, dos estudos culturais e da teoria da descrição, permitindo interpretações mais amplas e sensíveis dos documentos.

A fase de digitalização envolveu a captura dos documentos com equipamentos adequados, assegurando a qualidade da imagem e a integridade física dos materiais originais. Os arquivos digitais gerados foram armazenados em formatos abertos e preserváveis (como TIFF e PDF/A), respeitando os requisitos de longevidade e segurança da informação. Paralelamente, os metadados foram inseridos na plataforma AtoM (*Access to Memory*), vinculando os objetos digitais às descrições arquivísticas. Esse processo integrou as etapas de descrição, digitalização e disponibilização de forma contínua e articulada.

Com a plataforma AtoM, a Fundação Nacional de Artes passou a oferecer acesso remoto e gratuito aos acervos, reforçando seu papel social e educativo. Além da disponibilização dos documentos, o projeto incluiu a curadoria de exposições virtuais que contextualizam os acervos e promovem experiências narrativas para o público. As exposições foram organizadas tematicamente, com base na análise de contextos históricos, trajetórias artísticas e movimentos culturais, promovendo um olhar crítico e reflexivo sobre os documentos.

Essas exposições virtuais, ao articularem recursos visuais, sonoros e textuais, ampliam a função educativa dos arquivos e engajam novos públicos, como estudantes, professores e interessados em cultura, que passam a acessar os documentos de forma mediada, compreensiva e atrativa. As práticas curatoriais assumem, assim, um papel central nas estratégias de difusão, funcionando como ponte entre os acervos e a sociedade.

Outro aspecto metodológico relevante foi a atenção à acessibilidade digital. O novo

layout da plataforma AtoM da Fundação Nacional de Artes inclui ferramentas de acessibilidade, como tradução em Libras, contraste de cores e leitura automatizada, permitindo que pessoas com deficiência visual ou auditiva possam usufruir do conteúdo disponibilizado. Essa preocupação evidencia o compromisso do projeto com a inclusão social e com os princípios de justiça informacional.

A avaliação do impacto do projeto também fez parte da metodologia. Foram aplicados formulários de *feedback* aos usuários, realizadas entrevistas com pesquisadores e monitoradas métricas de acesso à plataforma, visando aprimorar continuamente a experiência do usuário e orientar futuras ações. A análise desses dados subsidia tanto a formulação de novas estratégias de difusão quanto o desenvolvimento de políticas públicas voltadas à memória e à cultura.

O AtoM da Fundação Nacional de Artes (<https://AtoM.funarte.gov.br/>) é um exemplo significativo da aplicação das Humanidades Digitais na difusão de acervos arquivísticos. Desenvolvido entre 2022 e 2023 como resultado do projeto "Acesso e difusão no Centro de Documentação e Pesquisa da Fundação Nacional de Artes (CEDOC/Funarte): promovendo a patrimonialização dos acervos privados e de uma plataforma digital em software livre como lugar de memória a partir do AtoM", fruto da parceria entre a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e o Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal Fluminense (UFF), a plataforma reúne as descrições realizadas pelo projeto de aproximadamente 35.000 representantes digitais, de fundos e coleções privadas.

Em suma, a metodologia adotada pelo Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes articula as dimensões técnicas, conceituais e sociais do trabalho arquivístico, promovendo não apenas a preservação dos documentos, mas sua reinterpretação e valorização enquanto patrimônio cultural vivo. Essa abordagem evidencia o potencial das Humanidades Digitais para transformar os arquivos em espaços dinâmicos de produção de conhecimento, diálogo cultural e exercício da cidadania.

5 Considerações Parciais

Diante do exposto e com base nos resultados alcançados pelo projeto “Acesso e Difusão no Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes”, é possível afirmar que a integração entre práticas arquivísticas tradicionais e as potencialidades das Humanidades Digitais tem promovido avanços significativos na patrimonialização dos acervos culturais brasileiros. A incorporação de recursos tecnológicos, quando articulada a fundamentos teóricos e metodológicos da Arquivologia, não apenas contribui para a preservação dos documentos, mas também redefine a maneira como esses patrimônios são percebidos, acessados e utilizados pela sociedade.

A adoção do *software* livre AtoM, aliado a estratégias de curadoria digital e à criação de exposições temáticas, tem possibilitado não apenas a organização, preservação e representação dos documentos, mas também a sua ampla disseminação e valorização social. Esse movimento traduz-se em uma ação concreta de democratização do acesso à informação, garantindo que documentos relevantes para a história e a cultura do Brasil não permaneçam restritos a espaços físicos ou a públicos especializados, mas sejam disponibilizados em ambientes digitais acessíveis a diferentes perfis de usuários. Essa ampliação do acesso fortalece o papel social dos arquivos enquanto instrumentos de cidadania, memória e educação.

Os arquivos, tradicionalmente percebidos como espaços de custódia e guarda, assumem, nesse contexto, uma função social ampliada, atuando como agentes de transformação cultural e política. Tornar públicos acervos documentais que registram a trajetória das artes e da cultura nacional significa assegurar o direito à memória, fomentar a diversidade cultural e possibilitar a construção de narrativas plurais sobre a história do país. Nesse sentido, a difusão digital de acervos culturais não é apenas uma ação técnica, mas um compromisso ético e político com a inclusão e a transparência. Conforme sublinhado por Barbosa e Silva:

Assim, entendemos que a função principal dos arquivos não é servir à administração – como no século XIX –, mas à sociedade. Ele deve sim auxiliar a administração, auxiliar o Estado a garantir os direitos de cidadania. Proteger a memória pública é dever do Estado; conhecê-la, um direito do cidadão. Se é a partir de políticas de difusão que um arquivo faz chegar ao cidadão sua riqueza documental; se é por meio da difusão, [...], que o cidadão interage com o patrimônio documental de um arquivo; se é a difusão o elo do arquivo com a sociedade, entendemos que deve haver uma política institucional comprometida com as ações que envolvem essa faceta da instituição arquivística [...] (Barbosa & Silva, 2012, p. 62).

O AtoM da Fundação Nacional de Artes exemplifica como plataformas digitais podem funcionar como verdadeiros “lugares de memória” no sentido proposto por Pierre Nora^{viii}, assegurando a preservação e a circulação ampliada de bens culturais em consonância com os princípios da inclusão e da acessibilidade. Ao permitir que os documentos sejam descritos, contextualizados e disponibilizados em um ambiente digital aberto, a plataforma amplia as condições para que cidadãos, pesquisadores, educadores, artistas e demais interessados tenham acesso a informações que antes estavam limitadas a consultas presenciais, muitas vezes restritivas por questões logísticas, geográficas ou administrativas.

As exposições digitais, ao contextualizarem e narrarem as trajetórias de artistas, companhias e movimentos culturais, configuram-se como poderosas ferramentas de mediação cultural, promovendo um diálogo entre o patrimônio documental e os públicos contemporâneos. Essa mediação não apenas enriquece a experiência informacional, mas também confere sentido social aos documentos, possibilitando que eles sejam apropriados criticamente pelos usuários e incorporados a novos processos de criação,

pesquisa e educação. Ao apresentar os acervos de forma interativa e interpretativa, as exposições digitais ampliam a inteligibilidade dos documentos e estimulam a participação social, fortalecendo a dimensão pública dos arquivos.

Além disso, a utilização de uma plataforma de *software* livre garante a autonomia tecnológica e reduz barreiras econômicas, o que reforça a ideia de que a preservação e difusão do patrimônio cultural devem estar orientadas por princípios democráticos e inclusivos. Essa prática vai ao encontro das políticas públicas que preconizam a universalização do acesso à cultura e à informação, em conformidade com diretrizes internacionais, os compromissos de “assegurar o acesso público à informação” e “fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural” (ONU, 2015), reiterando o papel social dos arquivos na construção de uma sociedade mais informada, crítica e participativa.

Assim, os avanços proporcionados pela integração entre Arquivologia e Humanidades Digitais evidenciam que os arquivos não se limitam a guardar documentos; eles produzem significados, constroem identidades e fortalecem a cidadania. No caso do Centro de Documentação da Fundação Nacional de Artes, a experiência com o AtoM demonstra que a tecnologia, quando orientada por valores éticos e compromissos sociais, pode ser uma aliada estratégica para enfrentar os desafios contemporâneos da gestão documental, assegurando a preservação e, sobretudo, a democratização do acesso aos acervos que testemunham a riqueza da história cultural brasileira.

6.1 Referências

- Alberch i Fugueras, R. (2011). Difusión y acción cultural. Em: J. R. Cruz Mundet (Dir.). *Administración de documentos y archivos*. Textos fundamentales. (pp. 473-488). Editora Coordinadora de Asociaciones de Archiveros.
- Asundi, A. Y., Reddy, B. S., & Krishnamurthy, M. (2023). Digital humanities: Concepts, tools and applications. *DESIDOC Journal of Library & Information Technology*, 43(4), 276–281. Recuperado de: [https://doi.org/10.14429/djlit.43.4.19207​;contentReference\[oaicite:0\]{index=0}](https://doi.org/10.14429/djlit.43.4.19207​;contentReference[oaicite:0]{index=0}).
- Barbosa, A. C. O.; Silva, H. R. K. Difusão em arquivos: definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Acervo: Revista do Arquivo Nacional*, 25(1), 45-66. Recuperado de: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/337>.
- Bellotto, H. L. (2014) Arquivo e Sociedade: políticas e ações voltadas para a cultura e para a educação. Em H. L. Bellotto (Ed.), *Arquivo: estudos e reflexões* (pp. 132-143). Editora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).
- Braga, K. S. (2007). Aspectos relevantes para seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. Em S. P. M. Mueller (Ed.), *Métodos para a pesquisa em Ciência da Informação* (pp. 17-38). Thesaurus.
- Brasil (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Presidência da República. Recuperado de: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.
- Bellotto, H. L., & Camargo, A. M. de A. (1996). *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo.
- Castro, R. M. de, & Pimenta, R. M. (2018). Novas práticas informacionais frente às humanidades digitais: a construção de acervos digitais como suporte para as digital humanities. *Informação & Informação*, 23(3), 523–543. Recuperado de: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2018v23n3p523>
- Chaves, M. A. (2020). O papel da difusão para o fortalecimento da identidade de arquivo. *Revista do Arquivo*, (6), 80–85. Recuperado de <https://www.revistas.usp.br/epigrafe/article/view/173714/172384/495077>
- Conselho Internacional de Arquivos. ISAD(G): *Norma geral internacional de descrição arquivística*: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA. – Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.

- Couture, C. (2000). *Les fonctions de l'Archivistique contemporaine*. Québec: Presses de l'Université du Québec.
- Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. (2025). Recuperado de: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br/>.
- Fundação Nacional de Artes. (2023). Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC. Recuperado de: <https://www.gov.br/funarte/pt-br/aceso-a-informacao-lai/institucional/cedoc>.
- Fundação Nacional de Artes. (2024). AtoM do Centro de Documentação e Pesquisa – CEDOC. Recuperado de: <https://AtoM.funarte.gov.br/#null>.
- Herrera, Antonia Heredia. *Archivistica general: teoría y práctica*. 5. ed. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991.
- Jimerson, R. C. (2008). Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade, 7 (2), 27-44. Recuperado de: <https://bdan.an.gov.br/items/c02e6381-05e4-4cbe-91fb-f87118a7c619>.
- Lopes, C. C. (2020). *Guardar para todos a memória de muitos: projetos e políticas para a preservação da memória das artes cênicas no Brasil*. [Tese de doutoramento, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO]. Programa de Pós-Graduação em História (Patrimônio, Ensino de História e Historiografia). Recuperado de: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.unirio.br/cchs/ppgh/producao-academica/teses-de-doutorado-e-egressos-pasta/arquivos/CAROLINECANTANHEDELOPESPPGHUNIRIOT.pdf>.
- Lopez, A. P. A. (2002). *Como descrever documentos de arquivo: Elaboração de instrumentos de pesquisa*. Arquivo do Estado, Imprensa Oficial.
- Martendal, F. F. (2018). Difusão na Arquivologia e suas expressões nos cursos de graduação em Arquivologia no Brasil. [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC]. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação. Recuperado de: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/186800>.
- Nora, P. (1992) Comment écrire l'histoire de France? Em: P. Nora (Ed.), *Les Lieux de Mémoire III: Les France 1 conflits et partages* (pp. 11-32). Gallimard.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development. Recuperado de: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>
- Parrela, I. D. (2020). Difusão no e do arquivo: comunicação, mediação e ações educativas e culturais. *Revista do Arquivo*, (6), 10–13. Recuperado de https://revista.arquivoestado.sp.gov.br/ojs/revista_do_arquivo/article/view/182
- Rockembach, M. (2015). Difusão em arquivos: uma função arquivística, informacional e comunicacional. *Informação Arquivística*, 4(1), 98–118. Recuperado de <https://aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/60>

ⁱ De acordo com o texto de apresentação do sítio eletrônico da Fundação Nacional de Artes (2023): “O Centro de Documentação e Pesquisa (CEDOC) é o setor responsável por preservar, organizar e dar acesso ao patrimônio documental da Funarte. O CEDOC foi inicialmente formado pela reunião da documentação das instituições culturais extintas, em 1990 (Fundação Nacional de Artes Cênicas, Fundação Nacional de Arte e Funarte e Fundação do Cinema Brasileiro), e hoje já conta com mais de 1 milhão de itens entre livros, periódicos, fotografias, registros sonoros, cartazes, programas de espetáculos, peças teatrais, fitas de vídeos, além de documentos administrativos da Instituição. As áreas

técnicas do CEDOC, responsáveis pelo tratamento da documentação são, a Biblioteca Edmundo Moniz, Acervo Iconográfico e Audiovisual, Arquivos Privados e Arquivo Institucional. A Biblioteca Edmundo Moniz é a porta de entrada para o cidadão que deseja consultar o patrimônio documental da Funarte.”

ⁱⁱ Na página do AtoM da Fundação Nacional de Artes, estão disponíveis diversas exposições temáticas que destacam a riqueza e a diversidade do acervo custodiado pelo CEDOC/Funarte. Entre elas, destacam-se: *Espectáculos da Sala Funarte Sidney Miller, Casais do Teatro Brasileiro, Oscarito & Grande Otelo, Companhias de Teatro na Funarte*,

Teatro de Revista, Walter Pinto, *Na Memória do Mundo e Arquivos de Mulheres no CEDOC*. Esta última, dedicada à presença e à atuação das mulheres nas artes, é apresentada como uma homenagem à contribuição notável de artistas como Eva Wilma, Tônia Carrero, Ruth de Souza, Myriam Pérsia, Neila Tavares, Fernanda Montenegro, Dina Sfat, Maria Della Costa e Margot Louro. Conforme destaca o texto curatorial, “a mostra dedicada às mulheres na Funarte é uma homenagem à notável contribuição de figuras como Eva Wilma, Tônia Carreiro, Ruth de Souza, Myriam Persa, Neila Tavares, Fernanda Montenegro, Dina Sfat, Maria Della Costa e Margot Louro. Esses acervos exclusivos, custodiados pelo Centro de Documentação da Funarte, revelam a riqueza das trajetórias artísticas dessas mulheres, símbolos da cultura brasileira, por meio de fotografias que capturam momentos marcantes de espetáculos e telenovelas. Ao explorar esses acervos, somos convidados a reconhecer o impacto significativo que essas artistas tiveram, não apenas como intérpretes talentosas, mas como pioneiras que abriram caminho para as gerações futuras. Esta exposição é um convite para celebrar a história, a arte e a resiliência das mulheres que moldaram e continuam a moldar o panorama cultural das artes no Brasil” (Fundação Nacional de Artes, 2024)

ⁱⁱⁱ De acordo com o artigo 215 da Constituição Federal do Brasil de 1988, “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. Ainda segundo as alíneas I, II e IV do referido artigo, o Estado brasileiro se compromete a defender e valorizar o patrimônio cultural brasileiro, produzir, promover e difundir os bens culturais da nação e democratizar o acesso aos bens de cultura. (Brasil, 1988).

^{iv} Fernanda Montenegro, nome artístico de Arlette Pinheiro Esteves da Silva (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1929). Atriz. Uma das fundadoras do Teatro dos Sete, interpreta suas personagens com a sinceridade e o vigor que a tornam uma das artistas mais destacadas no campo das artes cênicas, tanto no teatro, quanto no cinema e na televisão. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

^v Sérgio Pedro Corrêa de Britto (Rio de Janeiro RJ 1923 - 2011). Ator, diretor e produtor. Um dos

fundadores do Teatro dos Sete nos anos 1950, participa ativamente de importantes realizações cênicas dos anos 1960 e 1970. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

^{vi} Gentile Maria Marchioro Della Costa Polloni (Flores da Cunha, RS, 1926 - Rio de Janeiro, RJ, 2015). Atriz e produtora. Intérprete de rara beleza que desponta nos palcos dos anos 1940, musa e mentora de uma das primeiras companhias modernas, o Teatro Popular de Arte (TPA), que no futuro levará seu nome, como companhia Teatro Maria Della Costa. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

^{vii} Walter Pinto (Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1913 -1994). Produtor e autor. Produtor dos maiores espetáculos de teatro de revista brasileiro, é responsável pela reformulação do gênero, nos anos 1940 e 1950. Conforme: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira (2025).

^{viii} “O lugar de memória supõe, para início de jogo, a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história. A noção é feita para englobar ao mesmo tempo os objetos físicos e os simbólicos sobre a base de que possuam “qualquer coisa” em comum. Esta qualquer coisa é que o faz ser o caso. É espontânea e faz mais ou menos sentido para todos. Ao historiador cabe analisar está “qualquer coisa”, desmontar-lhe o mecanismo, estabelecer-lhe os estratos, distinguir-lhe as sedimentações e as correntes, isolar-lhe o núcleo duro, denunciar as falsas semelhanças (...). A identificação não é indiferente a conter a exumação, mas não é o principal trabalho do historiador. O que importa para ele não é a identificação do lugar, mas o desdobramento de que este lugar é a memória. Considerar um monumento como um lugar de memória não é simplesmente fazer a sua história. Lugar de memória, portanto: toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo converteu em elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer”. (Nora, 1992, pp. 20-21, tradução nossa).